



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

Faculdade de Educação e Psicologia

**Famílias Monoparentais em Risco de Exclusão Social no Pós-Pandemia:
Contributos da Pedagogia Social para a Inclusão e Coesão Comunitária**

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de
Mestre em Ciências da Educação
- Especialização em Pedagogia Social -

Ana Luísa Aranda e Toste da Costa

Porto, 31 de outubro de 2025



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

Faculdade de Educação e Psicologia

**Famílias Monoparentais em Risco de Exclusão Social no Pós-Pandemia:
Contributos da Pedagogia Social para a Inclusão e Coesão Comunitária**

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de
Mestre em Ciências da Educação

- Especialização em Pedagogia Social -

Ana Luísa Aranda e Toste da Costa

Trabalho efetuado sob a orientação da Professora Doutora Ana Camões
Com coorientação da Professora Marisa Carvalho

Porto, 31 de outubro de 2025

Até que o sol não brilhe, acendemos uma vela na escuridão

Confúcio

Nota 1: As citações de textos em língua estrangeira são apresentadas na sua versão portuguesa, resultante de tradução livre do autor.

Agradecimentos

A conclusão desta dissertação representa o culminar de um percurso académico e pessoal que não teria sido possível sem o apoio, a compreensão e o incentivo de várias pessoas e instituições, a quem expresso o meu mais profundo agradecimento.

Em primeiro lugar, agradeço ao à minha orientadora, Ana Camões, pela orientação, pela disponibilidade constante e pelas valiosas sugestões que contribuíram decisivamente para a concretização deste trabalho. A sua exigência e rigor foram fundamentais para o meu crescimento académico.

Agradeço também à Marisa Carvalho pelo acompanhamento atento e pelos contributos sempre pertinentes que enriqueceram esta investigação.

À Universidade Católica Portuguesa do Porto, deixo o meu reconhecimento pelo apoio institucional e pelos recursos disponibilizados que tornaram este trabalho possível.

Aos meus colegas e amigos, que estiveram presentes ao longo deste percurso, agradeço pela partilha de ideias, pela entajuda e pelos momentos de boa disposição que tornaram este processo mais leve e enriquecedor.

Agradeço à minha família que sem eles não chegava tão longe. Agradeço por me darem a mão e por estarem sempre presentes. Obrigada, mãe, obrigado pai por nunca desistirem de mim e por todo o apoio. E não podia deixar de agradecer ao meu “migo”, Bruninho, por simplesmente ser quem é.

Não posso deixar de agradecer à “Mini”, dá-me forças para continuar sempre que sinto que já não consigo.

Por fim, a todos aqueles que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a realização desta dissertação, deixo um sincero obrigada.

Resumo

A presente dissertação, intitulada "Famílias monoparentais em risco de exclusão social no pós-pandemia: contributos da Pedagogia Social para a inclusão e coesão comunitária", desenvolvida no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação, tem como objetivo analisar os desafios socioeconómicos e emocionais enfrentados por famílias monoparentais no contexto pós-pandemia e compreender de que forma a Pedagogia Social pode contribuir para a sua inclusão social e para o reforço da coesão comunitária.

O enquadramento teórico assenta no campo da Pedagogia Social, recorrendo a referenciais teóricos nacionais e estudos internacionais, que demonstram o agravamento global das vulnerabilidades destas famílias no pós-pandemia de modo a investigar a problemática da exclusão social e da vulnerabilidade das famílias monoparentais.

Do ponto de vista empírico, adotou-se uma abordagem qualitativa, com a recolha de dados através de entrevistas semiestruturadas a quatro famílias monoparentais sinalizadas por uma Junta de Freguesia do norte de Portugal e a dois profissionais da área social e educativa. Os dados foram tratados mediante a técnica de análise de conteúdo.

Os principais resultados evidenciam que as famílias monoparentais enfrentam um ciclo de exclusão multidimensional, que articula a precariedade económica, uma intensa sobrecarga emocional e a experiência de estigmatização social. O estudo permitiu ainda identificar uma rede complexa de apoios, contrastando a perceção de insuficiência dos apoios institucionais com a resiliência demonstrada nas estratégias comunitárias e individuais.

Conclui-se que a Pedagogia Social, através das suas dimensões educativa, comunitária e ético-política, configura-se como um referencial privilegiado para promover a inclusão, a dignidade e a cidadania participativa destas famílias, ao propor um quadro coerente para articular a superação individual com a necessária transformação estrutural.

Palavras-chave: Pedagogia Social; Famílias monoparentais; Pós-Pandemia; Exclusão Social; Intervenção Socioeducativa.

Abstract

This dissertation, entitled "Single-parent families at risk of social exclusion in the post-pandemic period: contributions of Social Pedagogy to inclusion and community cohesion", developed within the scope of the Master's Degree in Education Sciences, aims to analyse the socio-economic and emotional challenges faced by single-parent families in the post-pandemic context and to understand how Social Pedagogy can contribute to their social inclusion and to strengthening community cohesion.

The theoretical framework is based on the field of Social Pedagogy, drawing on national theoretical references and international studies that demonstrate the global worsening of the vulnerabilities of these families in the post-pandemic period in order to investigate the problem of social exclusion and the vulnerability of single-parent families.

From an empirical point of view, a qualitative approach was adopted, with data collected through semi-structured interviews with four single-parent families identified by a parish council in northern Portugal and two professionals from the social and educational fields. The data were processed using content analysis techniques.

The main results show that single-parent families face a cycle of multidimensional exclusion, which combines economic precariousness, intense emotional overload and the experience of social stigmatisation. The study also identified a complex support network, contrasting the perception of insufficient institutional support with the resilience demonstrated in community and individual strategies.

It is concluded that Social Pedagogy, through its educational, community and ethical-political dimensions, is a privileged reference point for promoting the inclusion, dignity and participatory citizenship of these families, by proposing a coherent framework for articulating individual overcoming with the necessary structural transformation.

Keywords: Social Pedagogy; Single-Parent Families; Post-Pandemic; Social Exclusion; Socio-Educational Intervention.

Índice

<i>Agradecimentos</i>	<i>V</i>
<i>Resumo</i>	<i>VI</i>
<i>Abstract</i>	<i>VII</i>
<i>Índice de tabelas</i>	<i>IX</i>
<i>Introdução</i>	<i>10</i>
<i>I PARTE: ENQUADRAMENTO TEÓRICO</i>	<i>12</i>
1.1. Famílias Monoparentais e Vulnerabilidade Social	12
1.2. A Exclusão Social no Contexto Pós-pandemia	16
1.3. Pedagogia Social como Resposta à Exclusão Social.....	18
<i>II PARTE: ESTUDO EMPÍRICO</i>	<i>21</i>
<i>2. Método</i>	<i>21</i>
2.1. Questão e Objetivos da Investigação.....	21
2.2. Participantes.....	22
2.3. Instrumentos de Recolha de Dados	24
2.4. Procedimentos de Recolha de Dados.....	25
2.5. Procedimentos de Tratamento e Análise de Dados.....	25
<i>3. Apresentação e Discussão de Resultados</i>	<i>26</i>
1.1. Desafios das Famílias Monoparentais no Pós-Pandemia	27
1.2. Estratégias e Práticas Socioeducativas de Apoio	29
1.3. Contributos da Pedagogia Social para Respostas Inclusivas	32
<i>Conclusões Finais</i>	<i>35</i>
<i>Referências Bibliográficas</i>	<i>38</i>
<i>Anexos</i>	<i>43</i>
<i>Anexo I - Guião de Entrevista – Famílias Monoparentais</i>	<i>43</i>
<i>Anexo II - Guião de Entrevista – Profissionais da Área Social e Educativa</i>	<i>45</i>
<i>Anexo III - Termo de Consentimento Livre e Informado</i>	<i>47</i>

Índice de tabelas

Tabela 1. Caracterização das Famílias Monoparentais.....	22
Tabela 2. Caracterização dos Profissionais	23
Tabela 3. Quadro Sinóptico: Desafios das Famílias Monoparentais no Pós-Pandemia.	27
Tabela 4. Quadro Sinóptico: Estratégias e Práticas Socioeducativas de Apoio	30
Tabela 5. Quadro Sinóptico: Contributos da Pedagogia Social para Respostas Inclusivas	32

Introdução

A presente dissertação, elaborada no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação, com especialização em Pedagogia Social, intitula-se *“Famílias monoparentais em risco de exclusão social no pós-pandemia: contributos da Pedagogia Social para a inclusão e coesão comunitária”*.

A motivação para a sua realização nasceu de uma experiência profissional em contextos de vulnerabilidade, onde se constatou que as famílias monoparentais constituem um grupo particularmente exposto a riscos multidimensionais. Essa vivência despertou o interesse em investigar, num plano académico, os desafios específicos que estas enfrentam e em analisar estratégias para reforçar as respostas socioeducativas.

O contexto pandémico de COVID-19 agravou desigualdades pré-existentes, afetando de forma crítica as famílias monoparentais. Estas, já estruturalmente mais vulneráveis e dependentes de redes de apoio próximas (Wall, 2003), viram estas fragilidades redobradas pela crise, que fragilizou redes informais e acentuou vulnerabilidades económicas e emocionais (Vásquez Rúa, 2005). Esta perceção, longe de ser um fenómeno exclusivamente nacional, encontra amplo suporte em relatórios internacionais. Já no início da pandemia, a UNICEF (2020) alertava, no relatório "Families on the Edge", que as famílias monoparentais constituíam um dos grupos mais vulneráveis face à crise. Esta realidade foi corroborada a nível europeu pela Eurofound (2020), que identificou estas famílias como das mais severamente afetadas. A investigação de Emidio (2023) sobre monoparentalidade feminina no Brasil, veio demonstrar de forma clara como a pandemia funcionou precisamente como um “amplificador das desigualdades estruturais” já identificadas, aumentando a vulnerabilidade económica, emocional e relacional destas famílias.

No período pós-pandémico, muitas destas famílias continuam a lidar com o aumento das responsabilidades parentais, a instabilidade financeira e a fragilidade dos laços comunitários, marcada por sentimentos de exaustão, solidão e desvalorização social, (Emidio, 2023). De acordo com a perspetiva de Vásquez Rúa (2005) sobre a intensificação das desigualdades em contextos de crise, e com Mendes et al. (2024), que demonstram como a pressão extrema sobre os pais e mães compromete a sua

disponibilidade emocional, esta situação condiciona a capacidade adaptativa das famílias e, conseqüentemente, a sua plena inclusão social.

Perante este cenário, a Pedagogia Social afirma-se como um campo de análise e intervenção privilegiado. Reconhecida como uma ciência da educação que fundamenta a intervenção socioeducativa e promove a consolidação dos laços sociais e do bem-estar coletivo, através de uma racionalidade relacional, ética e solidária, marcada por valores de hospitalidade, acolhimento e atenção ao outro (Camões, 2025; Baptista, 2025; Valente, 2025), consagra os instrumentos teóricos e práticos necessários para conceber respostas educativas e comunitárias que favoreçam a transformação social.

O estudo tem como objetivos: i) identificar e analisar os desafios socioeconómicos e emocionais enfrentados por famílias monoparentais no período pós-pandemia, com foco nos riscos de exclusão social; ii) identificar e analisar as estratégias e práticas socioeducativas direcionadas ao apoio a famílias monoparentais, a partir das perspetivas dos profissionais de educação e ação social e das próprias famílias; iii) identificar e analisar o contributo da Pedagogia Social para a construção de respostas inclusivas e comunitárias face aos desafios identificados.

A pertinência deste estudo assenta, assim, na necessidade de perceber quais os desafios enfrentados pelas famílias monoparentais no pós-pandemia e de que forma a Pedagogia Social pode contribuir para a sua inclusão social. Para tal, recorreu-se à realização de entrevistas semiestruturadas a famílias monoparentais sinalizadas por uma Junta de Freguesia do norte de Portugal e a profissionais das áreas social e educativa, permitindo cruzar as perspetivas de quem vivencia a realidade com as de quem a acompanha tecnicamente.

Estruturalmente, a dissertação divide-se em duas partes fundamentais. A primeira é dedicada ao enquadramento teórico, organizado em três eixos: famílias monoparentais e vulnerabilidade social; exclusão social no contexto pós-pandemia; e a Pedagogia Social como resposta. A segunda parte expõe o estudo empírico, detalhando a metodologia, a apresentação e a discussão dos resultados. Por fim, apresentam-se as conclusões, onde se destacam os contributos do estudo, as suas implicações para a prática e sugestões para investigações futuras.

I PARTE: ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. Famílias Monoparentais e Vulnerabilidade Social

As transformações sociais das últimas décadas alteraram profundamente as configurações familiares, dando origem a novas formas de organização doméstica (Wall, 2005). Entre estas, destacam-se as famílias monoparentais, uma realidade em crescimento em Portugal (INE, 2022).

Para este estudo, adota-se a definição conceptual proposta por Vázquez Rúa (2005), que caracteriza a família monoparental como aquele agregado familiar no qual um único progenitor (pai ou mãe) assume a presença e responsabilidade educativa e económica exclusiva no dia a dia dos filhos, distinguindo-se assim da família reconstituída, que integra um novo casal com filhos de relações anteriores.

Esta condição familiar pode resultar de uma multiplicidade de circunstâncias biográficas, desde a separação, divórcio, viuvez, abandono, prisão ou a da opção consciente de ser mãe ou pai solteiro, sendo o traço comum a gestão quotidiana do agregado familiar por parte de um adulto único, que acumula funções parentais, económicas e domésticas.

Esta conceção alinha-se com a perspetiva da sociologia da família, desenvolvida por autores como Wall (2003) e Baliana (2013), onde a monoparentalidade corresponde conceptualmente à situação em que um progenitor vive sem cônjuge ou parceiro com filhos dependentes. Benatti et al. (2021) reforçam esta conceptualização, sublinhando que se trata de uma situação em que um único progenitor assume, de forma isolada, a responsabilidade integral pela educação e sustento dos filhos, constituindo-se como a única figura adulta de referência no seio do agregado doméstico.

Independentemente da sua origem, esta estrutura familiar encontra-se frequentemente associada a condições de vulnerabilidade socioeconómica acrescida. Esta associação enquadra-se na perspetiva teórica que identifica a estrutura familiar como um mecanismo significativo de reprodução de desigualdades sociais (McLanahan & Percheski, 2008). De acordo com estes autores, o aumento da monoparentalidade encontra-se intrinsecamente ligado ao aumento das desigualdades de rendimento, constituindo um fator que explica o seu crescimento nas últimas décadas.

Os dados estatísticos nacionais confirmam fortemente esta associação. De acordo com os mais recentes dados da Pordata, tratados pela Fundação Francisco Manuel dos Santos (2025), quase um terço das famílias monoparentais com crianças a cargo em Portugal vive com um rendimento *per capita* abaixo de 632 euros mensais, sendo por isso consideradas como um dos grupos demográficos mais vulneráveis à pobreza e à exclusão social.

Esta condição de vulnerabilidade vê-se frequentemente agravada pela inserção destes agregados em contextos familiares mais alargados e complexos. Como salienta Wall (2003, p. 15), Portugal destaca-se no contexto europeu “por uma percentagem elevada de famílias monoparentais a viver em agregados domésticos de família complexa. É uma característica que (...) revela, em geral, uma maior vulnerabilidade das famílias monoparentais” sugerindo uma dependência de redes familiares alargadas para fazer face às dificuldades económicas.

Como salientam Yunes et al. (2007), as famílias monoparentais, sobretudo as chefiadas por mulheres, encontram-se consistentemente sobrerrepresentadas nos grupos economicamente mais vulneráveis, enfrentando não apenas maior precariedade económica, mas também menor apoio emocional e maior instabilidade nas relações sociais. Esta multidimensionalidade da vulnerabilidade exige uma conceção abrangente dos fenómenos de pobreza e exclusão.

A pobreza que afeta estes agregados familiares deve ser entendida de forma multidimensional, evitando leituras redutoras que a limitariam à mera carência de recursos financeiros. Como salienta Camões (2019, p. 6), “existem vários olhares sobre a pobreza, e, num deles, ela pode ser entendida como uma forma de exclusão social. No entanto, não se podem confundir e não podem ser consideradas um mesmo fenómeno, apesar de se encontrarem proclamadas”.

Esta complexidade torna-se visível na distinção entre pobreza absoluta e relativa. A pobreza absoluta é entendida como a insatisfação das necessidades básicas de sobrevivência (como alimentação, habitação e medicamentos) e a conseqüente ausência de recursos para assegurar a subsistência física dos membros do agregado. Em contrapartida, a pobreza relativa manifesta-se na incapacidade de participação plena na vida social e económica devido à insuficiência de recursos para uma vida digna de acordo com os padrões e expectativas da sociedade em que se está inserido (Camões, 2019).

A nível internacional, os estudos comparativos reforçam de forma consistente esta percepção da vulnerabilidade acrescida das famílias monoparentais. Thévenon et al. (2018), ao analisarem dados longitudinais da OCDE, demonstram que as famílias monoparentais apresentam taxas de pobreza e privação material consistentemente mais elevadas do que as famílias com dois progenitores em praticamente todos os países membros, constituindo um fenómeno estrutural anterior e independente das recentes crises sanitárias e económicas.

Como demonstram McLanahan e Percheski (2008) na sua análise sobre o tema, os efeitos socioeconómicos negativos da monoparentalidade manifestam-se em três dimensões, na escassez de recursos materiais e financeiros; numa maior prevalência de problemas de saúde mental e stresse parental; e nas limitações da qualidade e disponibilidade para o exercício das funções parentais. Estas três dimensões interagem e produzem impactos diretos e persistentes no desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças, com consequências significativas na sua futura participação social e realização educacional e profissional.

Importa, contudo, não confundir a vulnerabilidade estrutural com a ausência de agência e capacidade de resistência. A resiliência familiar não depende da estrutura do agregado, mas sim das condições em que este se desenvolve e dos recursos (materiais, relacionais e psicológicos) de que efetivamente dispõe. Assim, embora estas famílias enfrentem constrangimentos acrescidos, muitas revelam uma notável capacidade de adaptação e superação, apoiando-se em redes informais de vizinhança e familiares, desenvolvendo estratégias criativas de gestão de recursos escassos. A resiliência manifesta-se, nestes casos, pela capacidade socialmente organizada de lhes dar resposta adequada, transformando adversidades em oportunidades de reconstrução identitária e reforço dos laços familiares e comunitários.

O impacto agravado da pandemia de COVID-19 funcionou como um catalisador destas vulnerabilidades preexistentes. Vários estudos nacionais, como o de Gouveia et al. (2022), demonstraram que as famílias monoparentais estiveram entre os agregados mais expostos aos efeitos das medidas de confinamento. O encerramento das escolas, a perda de rendimentos e o isolamento social aumentaram exponencialmente a pressão sobre estes progenitores, que acumularam responsabilidades parentais, laborais (muitas vezes em regime de teletrabalho) e domésticas sem o suporte institucional ou comunitário adequado.

O estudo de Emidio (2023) demonstra como o confinamento e o encerramento das escolas acentuaram fragilidades pré-existentes, como a precariedade laboral e a escassa rede de apoio, conduzindo a uma sobrecarga acrescida de trabalho doméstico e de cuidado, acumulada com as exigências profissionais e a instabilidade financeira.

Resultados semelhantes foram observados em estudos internacionais, como o de Tanaka (2024), realizado no Japão, e o de Pino Gavidia et al. (2022), desenvolvido no Canadá. Tanaka (2024) evidencia que as mães solteiras japonesas enfrentaram uma acentuada precarização económica e emocional durante a pandemia, devido à perda de rendimentos e à falta de acesso eficaz a apoios públicos. De forma complementar, Pino Gavidia et al. (2022) verificaram que as mães solteiras canadianas registaram um aumento significativo das responsabilidades domésticas e familiares, agravado pela ausência de serviços de apoio e pelo encerramento das escolas. Este acréscimo de tarefas não remuneradas, aliado à solidão e à falta de redes de suporte, intensificou o *stress*, a exaustão e o risco de exclusão social. Em conjunto, estes estudos mostram como a pandemia funcionou como um fator multiplicador das desigualdades já existentes, reforçando a vulnerabilidade das famílias monoparentais.

Perante esta realidade estrutural complexa e multifacetada, agora agravada pelo contexto pós-pandémico, diversos autores (Benatti et al., 2021; Camões, 2019) defendem a necessidade de políticas sociais específicas e direcionadas, assentes nos princípios fundamentais da solidariedade, da justiça social e da coesão comunitária participativa. Tais políticas devem reconhecer institucionalmente a diversidade familiar contemporânea, promovendo uma redistribuição equitativa de recursos económicos e simbólicos e assegurando condições materiais e relacionais para uma participação social de todas as pessoas, independentemente da sua configuração familiar.

A análise sociológica da monoparentalidade evidencia assim, de forma clara e consistente, que este tipo de agregado familiar, embora se tenha tornado uma configuração familiar comum e legitimada socialmente, permanece particularmente exposta a múltiplas e sobrepostas formas de vulnerabilidade social e económica. Esta exposição diferenciada aos riscos sociais, visivelmente amplificada por crises como a pandemia de COVID-19, justifica uma atenção política acrescida e serve de base conceptual para a reflexão sobre os mecanismos de exclusão social no período pós-pandémico, temática que será desenvolvida no ponto seguinte.

1.2.A Exclusão Social no Contexto Pós-pandemia

A exclusão social, no período pós-pandémico, configurou-se como um fenómeno multidimensional e estrutural, cujos impactos transcendem a esfera económica para incluir dimensões sociais, emocionais e simbólicas.

Como sublinha Camões (2019, p.9) “a exclusão social pode implicar privação, falta de recursos ou, de uma forma mais ampla, ausência de cidadania, se por esta se entender a participação plena da pessoa na sociedade, em termos ambientais, culturais, económicos, políticos e sociais”. Esta rutura não afeta apenas o acesso a recursos materiais, mas também a participação plena na vida económica, política, cultural e comunitária.

Este corte nos laços sociais reflete-se de forma particularmente intensa no seio familiar. Com efeito, Mendes et al. (2024) evidenciam que a qualidade das relações familiares, a coesão e a comunicação são determinantes para o desenvolvimento ajustado e para a capacidade de estabelecer relações sociais positivas. Em consonância, Vásquez Rúa (2005) argumenta que esta exclusão não é um fracasso individual, mas resultado de processos sistémicos que fragilizam a coesão familiar e dificultam a integração social. A pandemia de COVID-19 funcionou como um catalisador das desigualdades estruturais pré-existentes, intensificando vulnerabilidades em grupos já fragilizados.

Neste contexto, as famílias monoparentais revelaram-se particularmente expostas, uma vez que, como referem McLanahan e Percheski (2008), partem frequentemente de contextos socioeconómicos mais desfavorecidos, tornando a crise um elemento agravante desta condição prévia. Os seus impactos foram especialmente severos sobre famílias monoparentais, migrantes e pessoas em situação de pobreza (Ortega & Fernandes, 2022).

Vários estudos confirmam que a exclusão social no pós-pandemia assume uma dimensão complexa, que integra componentes emocionais, relacionais e simbólicas. Emídio (2023) identifica que as respostas institucionais se mostraram desajustadas às necessidades específicas das famílias monoparentais, reforçando a sua vulnerabilidade estrutural. De forma convergente, Gouveia et al. (2022) e Mendes et al. (2024) salientam que o isolamento, o stresse familiar e a redução da participação comunitária foram fatores decisivos no agravamento da exclusão social.

A nível internacional, observam-se dinâmicas semelhantes. Tanaka (2024) refere que, no Japão, a fragilidade das redes de apoio formal e a dependência das redes informais aumentaram o isolamento e a ansiedade das mães solteiras. Por seu lado, Pino Gavidia et al. (2022) demonstram que o confinamento e a intensificação do trabalho doméstico agravaram a sobrecarga emocional e física das mães canadenses, revelando a ausência de políticas públicas adaptadas à diversidade familiar. Estes estudos, em conjunto, evidenciam que a exclusão social no pós-pandemia é simultaneamente económica, emocional e simbólica, expressando-se na solidão, no esgotamento e na estigmatização das mulheres que sustentam sozinhas os seus lares.

De acordo com Gouveia et al. (2022), para além da perda de rendimentos, estes grupos enfrentaram níveis elevados de isolamento social, stress acrescido e uma redução drástica da participação comunitária. A chamada “volta à normalidade” revelou-se profundamente desigual, agravando o acesso à habitação, à educação e ao trabalho digno, e gerando sentimentos de culpa, vergonha e impotência. Mendes et al. (2024) mostram que o stress familiar e o isolamento comprometem a perceção do funcionamento familiar e a própria inclusão social.

A partir da lente da Pedagogia Social, Camões (2019) propõe uma dupla abordagem: a perceção subjetiva (a forma como os indivíduos vivem e sentem a sua própria vulnerabilidade) e a perceção objetiva (a leitura construída pelos profissionais e instituições de apoio). Ou seja, importa distinguir entre a autoexclusão, que ocorre quando as pessoas se afastam por falta de pertença ou motivação, e a exclusão imposta pelo exterior, quando a sociedade marginaliza ativamente determinados grupos. Esta perspetiva revela como a exclusão se manifesta tanto na privação material como no isolamento, na estigmatização e na dificuldade de participação cívica.

Para romper este ciclo, Vásquez Rúa (2005) defende políticas que promovam a autonomia familiar e a dignidade social. Numa perspetiva complementar, Mendes et al. (2024) indicam que a intervenção nos estilos parentais e no funcionamento familiar é decisiva para reconstruir o sentimento de pertença, potenciando a resiliência familiar necessária para uma inclusão sustentada.

A articulação entre ética e direitos humanos constitui, assim, um quadro normativo indispensável para combater o estigma da pobreza e promover uma justiça social efetiva, garantindo o acesso equitativo a oportunidades educativas, laborais e de participação cívica. Tal como defende Baptista (2005), a ética deve orientar a ação

humana no respeito pelo outro e pela dignidade de cada pessoa, princípio consagrado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).

A exclusão social no pós-pandemia deve, portanto, ser entendida como um processo dinâmico, que exige respostas igualmente dinâmicas, baseadas na solidariedade, na participação comunitária e no compromisso coletivo com a dignidade humana.

1.3. Pedagogia Social como Resposta à Exclusão Social

Num contexto marcado por desigualdades, importa compreender a exclusão social enquanto fenómeno multifacetado, que exige respostas igualmente complexas e contextualizadas. Como salienta Streck (2009), a exclusão social funciona, antes de mais, como um conceito-denúncia, capaz de dar visibilidade a situações de vulnerabilidade, como as que afetam muitas famílias monoparentais. Contudo, não se pode cair numa visão simplista ou assistencialista.

É neste enquadramento que a Pedagogia Social se afirma como uma resposta basilar, articulando ciência e prática na reconstrução dos vínculos sociais, no reforço da cidadania e na promoção da coesão comunitária. Enquanto domínio epistemológico das Ciências da Educação, distingue-se pela sua articulação entre educação e solidariedade. Orienta-se para a criação de oportunidades de desenvolvimento e participação social, num quadro de promoção de aprendizagens ao longo da vida, acessíveis a todas as pessoas sem exceção (Carvalho & Baptista, 2004).

Úcar (2018) e Streck (2009) concebem a Pedagogia Social como um quadro fundamental para analisar e construir respostas verdadeiramente inclusivas, assumindo-a como pedagogia da esperança que, sem ilusões de resolver sozinha problemas estruturais, se torna indispensável para apoiar processos de autonomização. Nesta perspetiva, a Pedagogia Social deve adotar uma leitura crítica que distinga as carências individuais dos problemas de natureza estrutural, como a precariedade laboral, as assimetrias de género e a insuficiência de políticas públicas de apoio à parentalidade.

Baptista (2008) conceptualiza a Pedagogia Social como uma ciência, uma disciplina académica, um saber técnico-profissional e uma filosofia de ação, configurando uma verdadeira “pedagogia do laço social”. Esta conceção evidencia o seu carácter integrador, articulando o conhecimento teórico com a intervenção prática e reforçando a

ideia de que a educação constitui um processo contínuo, transversal às diferentes fases e contextos da vida, que deve estar ao serviço da emancipação social. Há a necessidade de “compreender que os laços que tecem a coesão social carecem de reinvenção permanente. Sobretudo numa sociedade fortemente segregativa como a nossa, já não basta ‘proteger’, ‘regular’ ou ‘socorrer’, precisamos de dinâmicas de mediação humana que ajudem a fortalecer os laços existentes e a criar laços novos” (Baptista, 2009, p.3). Assim, a Pedagogia Social assume-se como um campo de ação que procura regenerar os vínculos humanos e promover novas formas de convivência solidária, sustentadas na proximidade e na corresponsabilidade.

A articulação entre a dimensão teórica e prática torna a Pedagogia Social particularmente relevante no combate à exclusão social, materializando-se através da prática dos educadores sociais, “reconhecidos como profissionais qualificados vocacionados para a intervenção em contexto segundo lógicas de proximidade humana” (Camões, 2025, p. 2). A sua intervenção junto de famílias monoparentais é especialmente pertinente, na medida em que, segundo McLanahan e Percheski (2008), são necessárias intervenções que atuem simultaneamente nos recursos materiais, no apoio à parentalidade e na saúde mental, dimensões críticas identificadas na literatura como determinantes para quebrar ciclos de reprodução de desigualdades.

Camões e Baptista (2023) destacam a centralidade de princípios como a proximidade, a hospitalidade e a solidariedade, passíveis de serem operacionalizados mesmo em contextos de adversidade. Estes princípios refletem-se em estratégias socioeducativas como oficinas comunitárias, programas de apoio parental, redes de vizinhança solidária, mediação intercultural e ações de capacitação em competências pessoais e sociais - práticas particularmente relevantes no apoio a grupos em situação de vulnerabilidade, como as famílias monoparentais.

A urgência destas respostas é corroborada por Emídio (2023), que conclui que a pandemia funcionou como um amplificador das desigualdades estruturais de género e classe, evidenciando que a monoparentalidade feminina permanece como uma expressão concreta das fragilidades dos sistemas de proteção social. Esta perspetiva converge com os pressupostos defendidos pela Pedagogia Social, ao valorizar a solidariedade, a participação e o reforço dos laços comunitários como caminhos essenciais para a inclusão e a coesão social.

Carvalho et al. (2024) evidenciam que atitudes como a autoeficácia e a formação contínua dos profissionais constituem fatores determinantes para o sucesso das práticas inclusivas, sublinhando a importância de um compromisso ético e reflexivo. Neste sentido, torna-se necessário repensar os paradigmas da formação inicial, reforçando a valorização dos contextos de prática e a centralidade da dimensão ética na ação socioeducativa, tal como defendem Camões e Baptista (2023).

O quadro teórico aqui apresentado destaca a urgência da promoção de políticas mais abrangentes, que acolham a diversidade familiar e combatam as fragilidades intensificadas no período pós-pandemia. Seguindo o raciocínio de McLanahan e Percheski (2008), as famílias monoparentais são entendidas como um fator estrutural que perpetua desigualdades socioeconômicas, de gênero e de origem, o que reclama intervenções multidimensionais e adaptadas.

A combinação entre uma intervenção de proximidade, guiada pela Pedagogia Social, e políticas públicas inclusivas, revela o valor desta disciplina como um compromisso ético e político, onde a Pedagogia Social se assume como um modelo eficaz para combater os atuais fenômenos de exclusão, quebrar ciclos de desigualdade e fomentar uma coesão comunitária genuína, baseada na dignidade, solidariedade e participação de todos.

II PARTE: ESTUDO EMPÍRICO

2. Método

A presente investigação assenta numa abordagem qualitativa, considerada a mais adequada para compreender fenómenos sociais complexos e multidimensionais. Segundo Minayo e Costa (2018), a investigação qualitativa permite não apenas recolher factos objetivos, mas também aceder às perceções, sentimentos, crenças e práticas dos participantes, valorizando a sua subjetividade e os contextos em que se inserem. Esta perspetiva possibilita uma análise mais densa e interpretativa, que ultrapassa a mera quantificação e se ajusta à necessidade de compreender o âmago dos desafios enfrentados pelas famílias monoparentais no período pós-pandemia, assim como as respostas sociais e educativas a eles associadas.

Como refere Amado (2017, p. 35), “a investigação qualitativa procura compreender os fenómenos sociais privilegiando o ponto de vista dos participantes e atribuindo relevância ao significado que estes constroem a partir das suas experiências, mais do que à quantificação ou mensuração de variáveis”. Complementarmente, Tuzzo et al. (2023), ressaltam que se trata de um processo dialógico, que valoriza a interação entre investigador e participantes e reconhece o papel ativo destes na construção do conhecimento. Assim, a escolha da abordagem justifica-se pela sua capacidade de captar a complexidade das vivências das famílias monoparentais e os contributos dos profissionais da área social e educativa

2.1. Questão e Objetivos da Investigação

A pandemia da COVID-19 provocou alterações profundas na organização familiar, nas rotinas quotidianas e nas formas de apoio comunitário. Partindo desta realidade e tendo em conta a nossa preocupação de investigação e a questão que a orienta - *Quais os desafios enfrentados por famílias monoparentais no pós-pandemia e de que forma a Pedagogia Social pode contribuir para a sua inclusão social?* - definimos, para o nosso estudo três objetivos gerais que passamos a apresentar:

1. Identificar e analisar os desafios socioeconómicos e emocionais enfrentados por famílias monoparentais no período pós-pandemia, com foco nos riscos de

exclusão social;

2. Identificar e analisar as estratégias e práticas socioeducativas direcionadas ao apoio a famílias monoparentais, a partir das perspetivas dos profissionais de educação e ação social e das próprias famílias.
3. Identificar e analisar o contributo da Pedagogia Social para a construção de respostas inclusivas e comunitárias face aos desafios identificados.

Para efeitos de análise e discussão, os objetivos foram operacionalizados como categorias de análise, orientando a organização dos dados e a interpretação dos resultados em consonância com os pressupostos teóricos definidos.

2.2. Participantes

O estudo envolveu um total de seis participantes, distribuídos em dois grupos distintos. O primeiro grupo foi constituído por quatro famílias monoparentais, em situação de vulnerabilidade socioeconómica, sinalizadas por uma Junta de Freguesia do norte de Portugal, sendo três constituídas por mães solteiras e uma por um pai solteiro.

Para garantir a confidencialidade, os participantes foram identificados através de códigos alfanuméricos: a letra **F** para as famílias e a letra **P** para os profissionais, seguida de um número sequencial, assegurando o anonimato sem comprometer a leitura analítica. Apresenta-se, na Tabela 1, a caracterização das famílias monoparentais do estudo, considerando dados sociodemográficos do progenitor e dos dependentes, bem como situação laboral e escolaridade.

Tabela 1. Caracterização das Famílias Monoparentais

Família (códig)	Género	Idade do participante	N.º de dependentes	Idade dos dependentes	Situação laboral	Escolaridade
<i>F1</i>	Feminino	32	1	8	Empregada-loja de roupa	Ensino Secundário
<i>F2</i>	Feminino	44	1	17	Designer Têxtil	Licenciatura
<i>F3</i>	Feminino	40	3	14, 8 e 4	Desempregada (anteriormente fazia limpezas em escritórios)	9º ano
<i>F4</i>	Masculino	48	2	13 e 15	Técnico Informático (recente)	Licenciado

Nota. Elaboração Própria

Para complementar a perspetiva das famílias, foram incluídos dois profissionais diretamente ligados ao seu acompanhamento, cuja caracterização detalhada se apresenta na Tabela 2.

Tabela 2. *Caracterização dos Profissionais*

Participante (código)	Formação Académica de Base	Profissão / Função	Instituição / Serviço	Experiência profissional	Principais Áreas de intervenção
P1	Licenciatura em Educação Social	Educador Social	Escola pública	15	Acompanhamento socioeducativo de alunos em risco; Articulação escola-família-comunidade; Desenvolvimento de competências pessoais e sociais.
P2	Licenciatura em Serviço Social	Assistente Social	Junta de Freguesia	8	Primeiro atendimento e diagnóstico social; Gestão de processos de apoio social (ex: RSI); Encaminhamento para redes de suporte locais.

Nota. Elaboração Própria

O primeiro (P1) é um Educador Social integrado na equipa de uma escola pública, frequentada por alguns dos filhos das famílias participantes, com 15 anos de experiência. O seu trabalho centra-se no acompanhamento socioeducativo de alunos em situação de vulnerabilidade e na articulação entre a escola, a família e a comunidade, atuando na deteção de necessidades e no reforço de competências pessoais e sociais.

O segundo (P2) é uma Assistente Social com 8 anos de experiência a exercer funções numa Junta de Freguesia do mesmo território. A sua intervenção consiste no primeiro atendimento e diagnóstico social, na gestão de processos de apoio social (como o RSI e apoios habitacionais) e no encaminhamento para redes de suporte locais, acompanhando de perto as famílias em situação de maior risco.

A caracterização dos participantes, quer das famílias monoparentais quer dos profissionais, enquadra o contexto empírico do estudo, assegurando a diversidade de perspetivas necessária para compreender os desafios vividos e as respostas socioeducativas possíveis.

2.3. Instrumentos de Recolha de Dados

Para a recolha de dados, optou-se pela realização de entrevistas semiestruturadas, um método que, segundo Minayo e Costa (2018), é dos mais utilizados em pesquisa qualitativa, pois combina a flexibilidade do diálogo com a garantia de que os tópicos essenciais ao estudo são abordados.

Com este propósito, foram concebidos e aplicados dois guiões de entrevista distintos, desenhados para captar perspetivas complementares sobre o fenómeno em estudo.

O Guião para Famílias Monoparentais (Anexo I) foi estruturado para compreender a experiência vivida na primeira pessoa. Organizou-se em quatro blocos temáticos: (1) Situação Pessoal e Familiar, para contextualizar o seu quotidiano e as mudanças pós-pandemia; (2) Desafios Enfrentados, aprofundando as dificuldades económicas, emocionais e sociais; (3) Estratégias e Apoios, para identificar os recursos a que recorrem e como avaliam o suporte recebido; e (4) Inclusão e Futuro, um espaço para colher as suas sugestões sobre o que poderia ser feito para um apoio mais eficaz.

O Guião para Profissionais (Anexo II) visou colher a análise especializada de quem acompanha estas famílias no terreno. Seguiu igualmente uma lógica de quatro blocos: (1) Contexto Profissional, para caracterizar a sua experiência e enquadramento institucional; (2) Desafios Observados, solicitando a sua leitura dos obstáculos mais prementes; (3) Estratégias e Práticas de Apoio, para mapear e avaliar as respostas existentes; e (4) Pedagogia Social e Inclusão, promovendo uma reflexão crítica sobre o contributo deste campo científico para a construção de soluções.

Ambos os guiões foram precedidos por uma introdução que garantiu o cumprimento de preceitos éticos fundamentais, como a obtenção do consentimento livre e informado (Anexo III), a confidencialidade e o anonimato, e terminaram com um momento de encerramento que deu espaço para comentários adicionais dos participantes. Esta estrutura assegurou que a recolha de dados foi, simultaneamente, rigorosa e adaptada à riqueza das narrativas individuais.

Deste modo, garantiu-se a coerência entre a questão de investigação, os objetivos definidos e os guiões aplicados, assegurando a recolha de dados consistentes e relevantes para a análise subsequente.

2.4. Procedimentos de Recolha de Dados

O processo de recolha de dados foi cuidadosamente planeado de forma a assegurar o rigor metodológico e o cumprimento das normas éticas associadas à investigação em Ciências da Educação.

Inicialmente, foi estabelecido contacto com a Junta de Freguesia, que disponibilizou o contacto de famílias que já tinham sido previamente sinalizadas por eles, bem como a profissionais da área social e educativa. A participação foi voluntária, mediante a assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Informado (Anexo III), que garantiu confidencialidade, anonimato e o direito à desistência a qualquer momento sem qualquer prejuízo.

As entrevistas foram realizadas presencialmente, em espaço reservado, assegurando privacidade e ambiente de confiança. As entrevistas com as famílias decorreram nas instalações da Junta de Freguesia, num gabinete reservado para o efeito, enquanto as entrevistas com os profissionais foram realizadas nos seus locais de trabalho (escola e Junta de Freguesia, respetivamente), em salas privadas que asseguraram a confidencialidade do processo.

Cada entrevista teve uma duração média de quarenta e cinco minutos e foi gravada em áudio, com autorização expressa dos participantes, sendo posteriormente transcrita integralmente.

2.5. Procedimentos de Tratamento e Análise de Dados

Para o tratamento e interpretação dos dados, optou-se pela análise de conteúdo, seguindo a sistematização de Bardin (2016) e articulando-a com os princípios da análise qualitativa defendidos por Amado (2017) e Minayo e Costa (2018).

O processo analítico foi desenvolvido em várias fases. Num primeiro momento, após a transcrição integral das entrevistas, foi realizada uma leitura flutuante exaustiva dos textos. Esta imersão inicial permitiu obter uma visão global do corpus e familiarizar-nos com as narrativas dos participantes.

De seguida, partimos para um processo de categorização que, embora orientado pelos objetivos da investigação, se manteve aberto a dimensões emergentes. Adotámos,

assim, uma codificação mista: partimos de categorias prévias, definidas a partir dos objetivos, nomeadamente, 'Desafios', 'Estratégias de Apoio' e 'Contributos da Pedagogia Social', e, através de um contacto sucessivo e reflexivo com os dados, deixámos que as subcategorias fossem emergindo de forma indutiva. Foi assim que, por exemplo, a categoria 'Desafios' se desdobrou em dimensões mais específicas como 'socioeconómicos', 'emocionais' e 'estigma'.

Ao longo de todo este percurso, procurámos seguir as três dimensões essenciais para a análise qualitativa propostas por Amado (2017): a validação, que foi assegurada pelo cruzamento das perspetivas das famílias e dos profissionais; a teorização, garantida pela contínua articulação entre os dados empíricos e o quadro teórico; e, por fim, a apresentação, materializada na organização dos resultados em categorias e subcategorias, tal como ilustrado nas tabelas sinópticas.

Deste modo, os dados foram tratados não como mera informação descritiva, mas como narrativas significativas que refletem crenças, valores e práticas. Este exercício permitiu-nos fazer uma leitura aprofundada da realidade das famílias monoparentais e do papel da Pedagogia Social na sua inclusão, sempre guiado por uma lógica de rigor e objetivação científica (Minayo e Costa, 2018).

3. Apresentação e Discussão de Resultados

De acordo com Amado (2017), a investigação qualitativa deve apresentar os dados de forma interpretativa, mantendo a fidelidade às vozes dos participantes. Seguindo este princípio, a análise organizou-se em três categorias principais: i) Desafios das Famílias Monoparentais no Pós-Pandemia; ii) Estratégias e Práticas Socioeducativas de Apoio; iii) e Contributos da Pedagogia Social para Respostas Inclusivas. Estas foram definidas a partir dos objetivos da investigação e de dimensões emergentes identificadas no trabalho de campo.

Os resultados são apresentados através de quadros sinópticos que sistematizam as subcategorias e integram as unidades de registo mais significativas, seguidos de uma síntese interpretativa resultante da análise dos dados recolhidos.

1.1.Desafios das Famílias Monoparentais no Pós-Pandemia

A primeira categoria procura compreender os principais desafios enfrentados pelas famílias monoparentais no contexto pós-pandemia, evidenciando como este período intensificou vulnerabilidades já existentes.

Na Tabela 3, apresentam-se as subcategorias, as unidades de registo mais representativas e a respetiva síntese interpretativa, que traduz as principais ideias emergentes das entrevistas realizadas.

Tabela 3. *Quadro Sinóptico: Desafios das Famílias Monoparentais no Pós-Pandemia*

Categoria de Análise	Subcategorias	Unidades de Registo	Síntese Interpretativa (Ideia Principal)
Desafios das Famílias Monoparentais no Pós-Pandemia	Desafios Socioeconómicos	<p>“Há alturas em que tenho de escolher entre pagar a conta da luz ou comprar um casaco novo para a minha filha.” (F1)</p> <p>“Neste momento tudo é uma dificuldade. As contas, a alimentação, a roupa, o material escolar... parece que está sempre tudo a subir.” (F3)</p> <p>“O facto de as despesas serem o dobro é o maior problema. Ter duas casas implica contas duplas: renda, eletricidade, alimentação, internet, etc.”(F4)</p> <p>“Os principais desafios são de natureza económica, com destaque para a instabilidade laboral, baixos rendimentos e dificuldades no acesso a habitação digna.” (P1)</p>	<p>As famílias enfrentam fortes constrangimentos económicos, agravados pela instabilidade laboral e pelo aumento do custo de vida.</p> <p>A dificuldade em assegurar as despesas básicas e o acesso a condições de habitação digna traduz-se num quotidiano marcado pela insegurança financeira e pela gestão constante de prioridades.</p>
	Desafios Emocionais e Relacionais	<p>Sinto-me muito cansada, mas também muito sozinha. Ser mãe solteira é viver constantemente em modo de sobrevivência.” (F1)</p> <p>Durante a pandemia senti muito isolamento... e sei que isso é normal e olhava para isso como algo que não conseguia lidar bem, principalmente com uma filha menor.” (F2)</p> <p>A falta de apoio, de reconhecimento é o que me custa mais. As pessoas olham para nós como se fôssemos um problema social...” (F3)</p> <p>“Acho que o sentir-me sozinho é o principal.”(F4)</p>	<p>A dimensão emocional e relacional revela-se uma das mais afetadas, marcada por sentimentos de solidão, sobrecarga e ausência de redes de apoio.</p> <p>O isolamento social, intensificado pela pandemia, contribuiu para o aumento do stress e da exaustão emocional, dificultando o equilíbrio entre responsabilidades parentais, profissionais e pessoais.</p>

		<p>“A sobrecarga emocional também é evidente... sem uma rede de apoio consistente.” (P1)</p> <p>“Emocionalmente, observo um cansaço extremo, stress e sentimentos de solidão.” (P2)</p>	
	Percepções de Exclusão e Estigma	<p>“Acham sempre que irei faltar muito ou até meter baixa. Isso acaba por tornar tudo mais difícil.” (F1)</p> <p>“Sinto que não deviam olhar para mães solteiras e trabalhadoras dessa maneira.” (F2)</p> <p>“Já, principalmente em entrevistas de emprego. Acham sempre que não vou trabalhar como devia, só por estar sozinha com crianças...” (F3)</p> <p>“Há também algum preconceito, especialmente na escola, onde ainda se fala muito na ‘mãe’ como algo definitivo.” (F4)</p>	<p>Os testemunhos evidenciam percepções de estigma e discriminação, particularmente em contextos laborais e institucionais.</p> <p>As famílias sentem-se frequentemente julgadas e subvalorizadas, enfrentando barreiras associadas a estereótipos de género e à condição de “mãe/pai solteiro”, o que reforça sentimentos de exclusão social.</p>

Nota. Elaboração Própria

A análise dos dados evidencia que os desafios das famílias monoparentais no período pós-pandemia são multidimensionais e estão interligados, formando um ciclo de vulnerabilidade que a pandemia veio exponenciar. Esta constatação corrobora a perspetiva de McLanahan e Percheski (2008), que identificam a estrutura familiar monoparental como um mecanismo significativo de reprodução de desigualdades.

Na dimensão socioeconómica, os testemunhos das participantes materializam conceptualmente a "privação" e a "ausência de recursos". Frases como *"Há alturas em que tenho de escolher entre pagar a conta da luz ou comprar um casaco novo para a minha filha"* (F1) ou *"Neste momento tudo é uma dificuldade. As contas, a alimentação, a roupa, o material escolar... parece que está sempre tudo a subir"* (F3) traduzem a "pobreza absoluta" definida por Camões (2019), revelando a ausência de recursos mínimos para uma subsistência digna. Este cenário, agravado pelo contexto pós-pandémico, confirma que estas famílias estiveram entre as mais expostas aos impactos das crises (Gouveia et al., 2022; Thévenon et al., 2018), com a instabilidade laboral a funcionar como um fator agravante, tal como descrito por Emidio (2023).

Simultaneamente, a dimensão emocional e relacional revelou-se profundamente afetada. A metáfora do *"modo de sobrevivência. Ser mãe solteira é viver constantemente em modo de sobrevivência"* (F1) e o *"cansaço extremo, stress e sentimentos de solidão"* (P2) captam um estado de esgotamento que transcende a carência material, refletindo a "maior prevalência de problemas de saúde mental e stresse parental" descrita por McLanahan e Percheski (2008). A solidão expressa e a rutura dos laços sociais refletem a dimensão relacional da exclusão social (Camões, 2019), que foi severamente catalisada pelo confinamento e pelo encerramento das escolas, tal como observado nos estudos internacionais de Tanaka (2024) e Pino Gavidia et al. (2022).

Por fim, a análise evidenciou o peso do estigma e da discriminação. Os relatos de preconceito em contextos laborais, *"Já, principalmente em entrevistas de emprego. Acham sempre que não vou trabalhar como devia, só por estar sozinha com crianças..."* (F3), e institucionais, *"Há também algum preconceito, especialmente na escola, onde ainda se fala muito na 'mãe' como algo definitivo"* (F4), ilustram um processo de exclusão imposta, que marginaliza ativamente este grupo.

Estes testemunhos materializam na experiência quotidiana o estigma social analisado por Camões (2019), que a autora descreve como uma "desvalorização social" que marca profundamente a identidade das pessoas, constituindo uma barreira simbólica que, tal como referido por (F3), pode ser experienciada como mais dolorosa do que a privação material. Este fenómeno sublinha a urgência de uma ação ética, defendida por Baptista (2005), orientada para combater o estigma e afirmar a dignidade humana.

1.2. Estratégias e Práticas Socioeducativas de Apoio

A segunda categoria centra-se nas estratégias e práticas socioeducativas desenvolvidas para apoiar as famílias monoparentais, revelando um ecossistema complexo onde respostas institucionais, comunitárias e individuais se interligam, demonstrando a resiliência familiar.

Na Tabela 4, sintetizam-se as subcategorias identificadas, acompanhadas de excertos significativos das entrevistas e da respetiva interpretação, evidenciando as dinâmicas de solidariedade, resiliência e cooperação social que emergem neste contexto.

Tabela 4. *Quadro Sinóptico: Estratégias e Práticas Socioeducativas de Apoio*

Categoria de Análise	Subcategorias	Unidades de Registo	Síntese Interpretativa (Ideia Principal)
<p>Estratégias e Práticas Socioeducativas de Apoio</p>	<p>Apoios Institucionais e de Políticas Públicas</p>	<p>“Já recorri à Segurança Social, mas é um processo muito demorado e burocrático. Demasiado papel e não explicam nada.” (F1)</p> <p>“Recorri à Segurança Social apenas, pois não sabia que havia apoios nas juntas de freguesia.” (F2)</p> <p>“Recebo apoio da Segurança Social e da junta... Mas tudo é muito limitado. Há listas de espera para tudo e muita burocracia.” (F3)</p> <p>“Apesar de importantes, considero que os apoios são muitas vezes insuficientes e pouco articulados... sem alterar as condições estruturais que originam os problemas.” (P1)</p> <p>“São apoios necessários para a sobrevivência, mas insuficientes para a inclusão... Falta uma visão adaptada e de longo prazo.” (P2)</p>	<p>Os apoios institucionais e públicos são reconhecidos como essenciais, mas percecionados como insuficientes e marcados por processos burocráticos lentos.</p> <p>A falta de articulação entre entidades e a ausência de estratégias estruturais e duradouras limitam o impacto das políticas de apoio às famílias monoparentais.</p>
	<p>Estratégias Comunitárias e de Proximidade</p>	<p>Tive ajuda das vizinhas mais velhas que me deixavam limpar e desinfetar as suas casas e pagavam-me por isso.” (F3)</p> <p>“Destaco projetos de tutoria entre pares... as oficinas comunitárias... e os grupos de apoio parental... que têm sido fundamentais para reforçar as redes de solidariedade.” (P1)</p> <p>“Destaco... a rede informal de vizinhança... Vizinhos que fazem turnos para ir buscar crianças à escola... Isso é de</p>	<p>As redes de proximidade, formais e informais, assumem um papel central no apoio às famílias.</p> <p>A solidariedade comunitária e a cooperação entre vizinhos e instituições locais revelam-se estratégias eficazes para responder a necessidades imediatas e reforçar o sentimento de pertença e apoio mútuo.</p>

		um enorme valor.” (P2)	
	Estratégias Individuais e Familiares	<p>“Na verdade, a única força que tenho para continuar a lutar por uma vida melhor é a minha filha.” (F1)</p> <p>“A estratégia que utilizo é apenas calma e comunicação com a minha filha sobre a vida e a nossa vida financeira.” (F2)</p> <p>“Trabalho por fora no bairro, nas vizinhas velhinhas. Ajudo-as com as compras, limpo-lhes a casa e assim recebo uns trocos.” (F3)</p> <p>“Apenas foco-me no trabalho pois não o posso perder e na educação que dou aos meus filhos.” (F4)</p>	<p>As estratégias individuais e familiares refletem resiliência, esforço e adaptação.</p> <p>As famílias recorrem à reorganização das rotinas, ao reforço dos laços afetivos e a atividades informais como forma de garantir estabilidade e responder às dificuldades do quotidiano.</p>

Nota. Elaboração Própria

A análise das estratégias de apoio evidencia uma discrepância significativa entre os diferentes níveis de intervenção, sendo consistente com a visão de Camões (2019) sobre a necessidade de conjugar políticas públicas, redes comunitárias e práticas educativas.

No plano institucional, a perceção dos apoios como burocráticos e insuficientes, *"necessários para a sobrevivência, mas insuficientes para a inclusão"* (P2), reflete a fragilidade das redes de proteção social. Esta crítica vai ao encontro da defesa de Benatti et al. (2021) e Camões (2019) por políticas sociais específicas e direcionadas, que ultrapassem a lógica assistencialista e atuem sobre as condições estruturais. A dependência de redes familiares alargadas, salientada por Wall (2003) como uma característica portuguesa que revela maior vulnerabilidade, é aqui complementada pela busca de apoios formais, muitas vezes difíceis de aceder.

Em contrapartida, as estratégias comunitárias e de proximidade emergem como pilares de resiliência. As redes informais de vizinhança, são vividas de forma muito concreta, como se vê partilhado *"Tive ajuda das vizinhas mais velhas que me deixavam limpar e desinfetar as suas casas e pagavam-me por isso"* (F3). Os profissionais destacam igualmente estas dinâmicas, mencionando *"a rede informal de vizinhança... Vizinhos que fazem turnos para ir buscar crianças à escola... Isso é de um enorme valor"* (P2). Estes

exemplos materializam na prática o conceito de Baptista (2008) da Pedagogia Social como "pedagogia do laço social". Estes exemplos operacionalizam valores como a "hospitalidade" e a "solidariedade" (Camões & Baptista, 2023), (re)construindo um tecido social capaz de combater o isolamento e de criar as "dinâmicas de mediação humana" essenciais para fortalecer os laços existentes (Baptista, 2009).

A nível individual, as famílias demonstram uma notável capacidade de resiliência. A motivação íntima expressa, "*a única força que tenho para continuar a lutar por uma vida melhor é a minha filha*" (F1), as estratégias de gestão emocional e prática, "*A estratégia que utilizo é apenas calma e comunicação com a minha filha sobre a vida e a nossa vida financeira*" (F2), e a criação de soluções económicas informais "*Trabalho por fora, no bairro, nas vizinhas velhinhas. Ajudo-as com as compras, limpo-lhes a casa e assim recebo uns trocos*" (F3) dignificam o conceito de resiliência familiar. Contudo, importa não confundir esta capacidade de resistência com a ausência de necessidade de apoios estruturais. Tal como defendem Benatti et al. (2021), a resiliência deve ser reconhecida e potenciada por políticas públicas, e não servir para justificar a sua insuficiência.

1.3. Contributos da Pedagogia Social para Respostas Inclusivas

A terceira categoria destaca os contributos da Pedagogia Social na promoção de respostas mais inclusivas e sustentáveis para as famílias monoparentais, a partir das perspetivas das famílias e dos profissionais. A Tabela 5, apresenta as subcategorias e unidades de registo correspondentes, acompanhadas de uma síntese interpretativa que evidencia o papel transformador da Pedagogia Social na promoção de uma intervenção mais humana, crítica e integrada.

Tabela 5. *Quadro Sinóptico: Contributos da Pedagogia Social para Respostas Inclusivas*

Categoria de Análise	Subcategorias	Unidades de Registo	Síntese Interpretativa (Ideia Principal)
Contributos da Pedagogia Social para Respostas Inclusivas	Dimensão Educativa e de Capacitação	<p>“Era muito útil haver atividades extracurriculares gratuitas ou com custos ajustados... Também acho que devia haver mais apoio psicológico para famílias monoparentais...” (F1)</p> <p>“Acho que a visão escolar deveria ser mais humanista e mais no</p>	<p>A Pedagogia Social assume um papel central na promoção de práticas educativas e formativas que reforcem a autonomia, a inclusão e o bem-estar das famílias monoparentais.</p> <p>A capacitação pessoal e</p>

		sentido de comunidade.” (F2) “O nosso papel é de mediador, entre a família e os serviços, entre a família e a comunidade. Devemos defender políticas mais flexíveis e inclusivas.” (P2)	comunitária, aliada a um olhar mais humanista e integrador da escola, contribui para o fortalecimento das competências parentais e sociais.
	Dimensão Comunitária e Relacional	“Mais oportunidades de trabalho com horários bons para ter uma vida familiar. Creches mais baratas e transportes gratuitos para as crianças seria uma grande ajuda.” (F3) “Programas de sensibilização sobre o papel dos pais e a igualdade nas responsabilidades parentais.” (F4) “A Pedagogia Social é indispensável porque... reforça a harmonia comunitária e cria condições para que estas famílias participem ativamente na sociedade.” (P1) “A Pedagogia Social é fundamental porque muda o foco de dar o peixe, para ensinar a pescar e a construir uma comunidade de pescadores. Trata-se de fortalecer vínculos.” (P2)	A dimensão comunitária e relacional destaca o potencial da Pedagogia Social na criação de redes de apoio, na promoção da participação cívica e no fortalecimento dos laços comunitários. As ações pedagógicas com enfoque na solidariedade, igualdade e partilha contribuem para a construção de comunidades mais inclusivas e colaborativas.
	Dimensão Ético-Política	“É necessário reforçar as políticas sociais específicas para a monoparentalidade, promover apoios estáveis quer ao nível habitacional quer ao nível profissional...” (P1) “Outro fator é a inadequação de algumas políticas e serviços... Existe também uma certa invisibilidade, sobretudo das famílias monoparentais masculinas...” (P2) “Ouvir estas famílias e incluí-las na conceção das políticas e dos projetos que lhes são destinados. Só elas sabem, verdadeiramente, quais são os seus desafios...” (P2)	A dimensão ético-política de políticas públicas mais inclusivas e representativas. A Pedagogia Social, neste âmbito, atua como mediadora entre as famílias e as estruturas sociais, defendendo a escuta ativa, a participação cidadã e a justiça social como fundamentos para a transformação das práticas e políticas sociais.

Nota. Elaboração Própria

Face à complexidade dos desafios, a Pedagogia Social afirma-se como um referencial indispensável para a construção de respostas verdadeiramente inclusivas, tal

como defendem Úcar (2018) e Streck (2009), articulando ciência e prática na reconstrução dos vínculos sociais. A sua contribuição, tal como emerge das perspectivas dos participantes, organiza-se em três dimensões interligadas.

A dimensão educativa e de capacitação traduz-se no reforço da autonomia. As famílias identificam necessidades muito concretas, como *"atividades extracurriculares gratuitas ou com custos ajustados... Também acho que devia haver mais apoio psicológico para famílias monoparentais..."* (F1), e a defesa de um olhar mais humanista sobre a educação é expressa *"Acho que a visão escolar deveria ser mais humanista e mais no sentido de comunidade"* (F2), vão ao encontro da visão de Carvalho e Baptista (2004), que sublinham o papel da educação enquanto instrumento de emancipação e transformação social.

A dimensão comunitária e relacional centra-se na reconstrução dos vínculos. As participantes sugerem medidas como *"Mais oportunidades de trabalho com horários bons para ter uma vida familiar. Creches mais baratas e transportes gratuitos para as crianças seria uma grande ajuda"* (F3) ou *"Programas de sensibilização sobre o papel dos pais e a igualdade nas responsabilidades parentais"* (F4). Os profissionais enfatizam o potencial transformador desta abordagem, considerando que a Pedagogia Social *"reforça a harmonia comunitária e cria condições para que estas famílias participem ativamente na sociedade"* (P1), materializam a conceção de Baptista (2008) da Pedagogia Social enquanto "pedagogia do laço social". Esta abordagem é fundamental para combater o isolamento e promover a "coesão comunitária participativa" defendida por Benatti et al. (2021).

Por fim, a dimensão ético-política inscreve a ação socioeducativa num compromisso inalienável com a justiça social. A defesa da necessidade de *"reforçar as políticas sociais específicas para a monoparentalidade, promover apoios estáveis..."* (P1) e a crítica às lacunas das atuais políticas é acompanhada por uma proposta construtiva, e a crítica à invisibilidade de certos grupos, *"Ouvir estas famílias e inclui-las na conceção das políticas e dos projetos que lhes são destinados"* (P2), refletem uma leitura crítica que distingue carências individuais de problemas estruturais. Esta exigência de escuta ativa reflete o imperativo ético defendido por Baptista (2005) e consagra a Pedagogia Social como um projeto ético e político imprescindível para enfrentar os ciclos de reprodução de desigualdades (McLanahan & Percheski, 2008), promovendo uma inclusão assente na dignidade humana, na solidariedade e na participação cidadã.

Conclusões Finais

Este estudo, orientado pela questão “Quais os desafios enfrentados por famílias monoparentais no pós-pandemia e de que forma a Pedagogia Social pode contribuir para a sua inclusão social?”, permitiu cartografar uma realidade complexa de vulnerabilidade e identificar caminhos concretos para a ação socioeducativa. A análise realizada, ancorada nas vozes das famílias e dos profissionais e num diálogo constante com o quadro teórico revisto, conduz a um conjunto de reflexões finais que sintetizam o contributo específico e inovador deste trabalho para o estado da arte.

O estudo contribui para operacionalizar e dar rosto humano a conceitos teóricos fundamentais. A investigação prévia, como a de McLanahan e Percheski (2008), já havia identificado a monoparentalidade como um mecanismo estrutural de reprodução de desigualdades, no entanto, este trabalho vai mais além ao materializar essa conceptualização em experiências de vida concretas. Frases como “*viver constantemente em modo de sobrevivência*” (F1) ou a descrição da gestão de “*contas duplas*” (F4) traduzem, de forma vívida, a trilogia de escassez de recursos, *stresse* parental e limitações no exercício das funções parentais descrita por aqueles autores. Deste modo, o estudo ao articular a análise estrutural com a experiência quotidiana, demonstra como as desigualdades são vividas e sentidas no dia a dia das famílias e dá conteúdo empírico à associação estatística entre monoparentalidade e pobreza (FFMS, 2025).

Por outro lado, contextualiza e especifica o impacto da crise pandémica à luz de uma vulnerabilidade pré-existente e estrutural. Pesquisas como as de Gouveia et al. (2022) e Emídio (2023) destacaram o papel catalisador da pandemia. Este trabalho comprova essas conclusões, mas acrescenta uma perspetiva valiosa ao demonstrar que a “volta à normalidade” pós-pandémica não significou o fim dessas adversidades. Os resultados mostram que a pandemia não criou novos problemas, mas sim intensificou e tornou mais visíveis dinâmicas de exclusão já enraizadas, confirmando a perspetiva de Thévenon et al. (2018) de que se trata de um fenómeno estrutural anterior e independente das crises recentes. O estudo evidencia, assim, que o pós-pandemia não é um momento de resolução, mas de cristalização de desigualdades.

De forma particularmente relevante, a investigação sistematiza e evidencia a resiliência ativa e as estratégias de adaptação enquanto elementos cruciais para equilibrar ou corrigir a narrativa da vulnerabilidade. Enquanto a literatura frequentemente descreve

estas famílias como vítimas passivas de processos estruturais (Yunes et al., 2007), os nossos dados destacam a sua capacidade de ação. As estratégias individuais e comunitárias identificadas – desde o trabalho informal de proximidade (F3) até à construção de redes de vizinhança solidária (P2) – não são meras competências de sobrevivência, mas sim práticas socioeducativas informais que concretizam no terreno os princípios da Pedagogia Social. Este estudo, portanto, contribui para equilibrar a análise, reconhecendo a vulnerabilidade sem confundir a resiliência e a capacidade de ação, tal como sugerido pela literatura que alerta para não confundir vulnerabilidade estrutural com ausência de agência.

Por fim, o estudo apresenta uma triangulação prática entre os desafios, as estratégias de resposta e o quadro conceptual da Pedagogia Social. Vai além da identificação de problemas e propõe um modelo de ação coerente. Ao demonstrar como os princípios da "pedagogia do laço social" (Baptista, 2008) e da "hospitalidade" (Camões & Baptista, 2023) se podem materializar em oficinas comunitárias, mediação ou defesa de políticas, o trabalho fecha o ciclo entre a teoria e a prática, apresentando a Pedagogia Social não como uma conceptualização académica, mas como um referencial funcional indispensável para profissionais e decisores políticos, respondendo ao apelo de Úcar (2018) e Streck (2009) por uma pedagogia que articule ciência e prática.

Em resposta ao primeiro objetivo, identificar e analisar os desafios socioeconómicos e emocionais, os resultados confirmaram que a pandemia de COVID-19 atuou como um catalisador de vulnerabilidades pré-existentes, consolidando um ciclo de exclusão multidimensional. Este ciclo articula, de forma interdependente, a precariedade económica (materializada em escolhas dramáticas entre necessidades básicas), a sobrecarga emocional (com sentimentos de exaustão e "modo de sobrevivência") e a estigmatização social (através de processos de hétero-exclusão em contextos laborais e institucionais). Esta tríade confirma as perspetivas de Baliana (2013) e Camões (2019), demonstrando que a exclusão social no pós-pandemia é, de facto, um fenómeno económico, relacional e simbólico.

Relativamente ao segundo objetivo, identificar e analisar as estratégias e práticas socioeducativas, o estudo revelou um ecossistema de respostas marcado por uma falta de articulação significativa. Por um lado, os apoios institucionais, embora reconhecidos como necessários, são percecionados como insuficientes e excessivamente burocráticos, por outro lado, as estratégias comunitárias e individuais emergem como espaços de

extraordinária resiliência e criatividade. Esta constatação vai ao encontro do que defendem Benatti et al. (2021), sublinhando que a resiliência não deve substituir, mas antes inspirar, as políticas públicas.

Finalmente, e respondendo ao terceiro objetivo, este estudo evidencia o contributo singular da Pedagogia Social enquanto projeto ético, político e prático (Baptista, 2008), que estabelece um quadro coerente para desmontar o ciclo de exclusão um quadro coerente para desmontar o ciclo de exclusão, atuando nas dimensões educativa (capacitação e literacia social), relacional (fomentando os laços comunitários) e política (defendendo políticas justas e uma escuta ativa que combata a invisibilidade), articulando desta forma a superação individual com a transformação estrutural e interrompendo os ciclos de reprodução de desigualdades (McLanahan & Percheski, 2008).

Das conclusões emergem implicações práticas bem definidas. Para os profissionais no terreno, a intervenção deve pautar-se por uma lógica de mediação e proximidade humana, centrada na construção de redes comunitárias de apoio mútuo e na simplificação do acesso a direitos. Ao nível das políticas públicas, os resultados apelam a uma mudança de paradigma: é urgente desburocratizar os apoios e conceber políticas estruturantes e específicas, concebidas em colaboração com as famílias, que assegurem habitação digna, horários flexíveis e apoio psicológico, reconhecendo institucionalmente a diversidade familiar.

Reconhece-se como principal limitação o tamanho e a localização geográfica da amostra. Para estudos futuros, sugere-se a investigação junto de famílias monoparentais masculinas, um grupo particularmente invisibilizado, e o desenvolvimento de estudos de caso detalhados sobre projetos comunitários que operacionalizem com sucesso os princípios da Pedagogia Social.

Em conclusão, esta investigação reforça que a inclusão das famílias monoparentais no pós-pandemia exige muito mais do que a mera recuperação económica. Exige a reconstrução organizada e solidária dos laços que sustentam uma comunidade. A Pedagogia Social, pela sua natureza integradora e pelo seu compromisso inabalável com a dignidade humana, apresenta-se não como uma resposta entre outras, mas como o caminho mais consistente para concretizar os ideais de uma sociedade verdadeiramente justa e coesa, onde ninguém fique para trás, independentemente da sua configuração familiar.

Referências Bibliográficas

Amado, J. (2017). *Manual de investigação qualitativa em educação* (3.^a ed.). Imprensa da Universidade de Coimbra. <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1390-1>

Baliana, L. K. (2013). *Monoparentalidade feminina e seus desafios: Um estudo exploratório* (Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa). <http://hdl.handle.net/10400.5/7136>

Baptista, I. (2005). *Dar rosto ao futuro: A educação social como compromisso ético*. Profedições.

Baptista, I. (2008). Pedagogia Social: uma ciência, um saber profissional, uma filosofia de acção. *Cadernos De Pedagogia Social*, (2), 7–30. <https://doi.org/10.34632/cpedagogiasocial.2008.1922>

Baptista, I. (2009). Educabilidade e laço social - ética e política da alteridade. *Revista Portuguesa De Investigação Educacional*, (Especial), 15–32. <https://doi.org/10.34632/investigacaoeducacional.2009.16925>

Baptista, I. M. de C. (2025). O princípio moral e intelectual da hospitalidade como paradigma pedagógico-social. *Revista Portuguesa De Investigação Educacional*, (29), 1–12. <https://doi.org/10.34632/investigacaoeducacional.2025.17554>

Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

Benatti, A. P., Campeol, Â. R., Machado, M. S., & Pereira, C. R. R. (2021). Famílias monoparentais: Uma revisão sistemática da literatura. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41(n.spe 3), e209634. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003209634>

Camões, A. (2019). *Trajetórias de vulnerabilidade: Perceção Subjetiva e Objetiva da Condição do «Novo Pobre»*. Sílabas & Desafios.

Camões, A. C. R. (2025). Educadores sociais como profissionais qualificados: desafios

de formação. *Revista Portuguesa De Investigação Educacional*, (29), 1-17. <https://doi.org/10.34632/investigacaoeducacional.2025.17555>

Camões, A. & Baptista, I. (2017). Educadores Sociais: Exigências e Desafios de Formação e Ação. In Garcia, V. A. & Rodrigues, J. P. (Coords). (2017). *Educação Social: Profissionalização, Formação, Movimentos Sociais e Ambientalismo*. Editora: Setembro. Holambra (SP), 223-232.

Camões, A., & Baptista, I. (2023). Challenges of initial training in times of pandemic: Social education internship experience. In A. Abreu, J. V. Carvalho, D. Liberato, & I. S. Galdames (Eds.), *Advances in tourism, technology and systems* (Smart innovation, systems and technologies, Vol. 340, pp. 63–70). Springer. https://doi.org/10.1007/978-981-19-9960-4_7

Camões, A., Vaz, C., Machado, R., & Sá, S. (2020). Profissionais da Educação Social: Desafios contemporâneos. *Humanidades & Tecnologia (FINOM)*, 27(1), 6-19. https://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/1420

Carvalho, A. D., & Baptista, I. (2004). *Educação social: Fundamentos e estratégias*. Porto Editora.

Carvalho, M., Simó-Pinatella, D., Azevedo, H., & Alcocer, A. L. A. (2024). Inclusive education in Portugal: Exploring sentiments, concerns and attitudes of teachers. *Journal of Research in Special Educational Needs*, 24(3), 729–741. <https://doi.org/10.1111/1471-3802.12663>

Emidio, I. B. (2023). *Monoparentalidade feminina e COVID-19: um estudo sobre trajetórias e impactos da pandemia na vida de chefes de família monoparental* (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais). Repositório Institucional UFMG. <https://hdl.handle.net/1843/52974>

Eurofound. (2020). *Living, working and COVID-19*. European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions. <https://www.eurofound.europa.eu/pt/publications/report/2020/living-working-and-covid-19>

Fundação Francisco Manuel dos Santos. (2025, 17 de outubro). *Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza: Pordata retrata a evolução da pobreza em Portugal*. https://www.pordata.pt/sites/default/files/2025-10/17.10.25%20PR_Dia%20Internacional%20Pobreza_2025_PORDATA_VF.pdf

Gouveia, R., Marinho, S., Atalaia, S., & Ramos, V. (2022). Famílias, confinamento e vulnerabilidades: uma leitura a partir dos agregados domésticos. In R. Gouveia & A. N. Almeida (Orgs.), *Vidas confinadas: famílias, quotidianos e vulnerabilidades sociais no início da pandemia COVID-19 em Portugal* (pp. 171–208). Imprensa de Ciências Sociais. ISBN 978-972-671-699-0

Instituto Nacional de Estatística (INE). (2022). *Famílias nos Censos 2021: Diversidade e mudança* [Relatório dos Censos 2021]. INE. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=553588025&PUBLICACOESmodo=2

McLanahan, S., & Percheski, C. (2008). Family structure and the reproduction of inequalities. *Annual Review of Sociology*, 34, 257–276. <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.34.040507.134549>

Mendes, M., Fernandes, O., & Relva, I. . (2024). Os estilos educativos parentais e o funcionamento familiar numa amostra de adolescentes. *Revista Portuguesa De Educação*, 37(2), e24022. <https://doi.org/10.21814/rpe.23809>

Minayo, M. C. de S., & Costa, A. P. (2018). Fundamentos teóricos das técnicas de investigação qualitativa. *Revista Lusófona de Educação*, 40, 139–153. <https://doi.org/10.24140/issn.1645-7250.rle40.09>

Müller, A., & Costa, J. (2022). The role of social pedagogy in promoting inclusion and community cohesion. In *Book of Proceedings of the 10th International Conference on Education and Social Development (ESD Dubai 2022)* (pp. 415–429). International Scientific Forum. ISBN 978-86-6139-105-2. <https://esd-conference.com>

Organização das Nações Unidas. (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. <https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights>

Ortega, P., & Fernandes, C. (2022). Social exclusion and its impact on vulnerable families in the post-pandemic era. In *Book of Proceedings of the 10th International Conference on Education and Social Development (ESD Dubai 2022)* (pp. 310–324). International Scientific Forum. ISBN 978-86-6139-105-2. <https://esd-conference.com>

Silva, M. R., & Khan, L. A. (2022). Post-pandemic challenges of single-parent families: Towards inclusive social policies. In *Book of Proceedings of the 10th International Conference on Education and Social Development (ESD Dubai 2022)* (pp. 245–258). International Scientific Forum. ISBN 978-86-6139-105-2. <https://esd-conference.com>

Streck, D. R. (2009). Da pedagogia do oprimido às pedagogias da exclusão: Um breve balanço crítico. *Educação & Sociedade*, 30(107), 339–355. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000200012>

Thévenon, O., Adema, W., Ali, N., del Carmen Huerta, M., & Pearson, M. (2018). *Child poverty in the OECD: Trends, determinants and policies to tackle it* (OECD Social, Employment and Migration Working Papers, No. 218). OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/c69de229-en>

Tuzzo, S. A., Santos, I. G., & Braga, C. F. (2024). O caráter dialógico da pesquisa qualitativa. *New Trends in Qualitative Research*, 19, e864. <https://doi.org/10.36367/ntqr.19.2023.e864>

Úcar, X. (2016). La Pedagogía Social y la construcción de lo común: educar en y para la comunidad. Octaedro.

Úcar, X. (2018). La pedagogía social frente a las desigualdades y vulnerabilidades en la sociedad. *Zona Próxima*, (29), 52–67. <https://www.redalyc.org/journal/853/85358797006/85358797006.pdf>

UNICEF. (2020). *Families on the edge: Issue 1: Introducing the families on the edge series*. United Nations Children's Fund. <https://www.unicef.org/esa/media/7436/file/Families-on-the-Edge-Issue-1-2020.pdf>

Valente, R. (2025). RV Hospitalidade e liderança sociopedagógica: as perceções dos pedagogos sociais. *Revista Portuguesa De Investigação Educacional*, (29), 1–15. <https://doi.org/10.34632/investigacaoeducacional.2025.17549>

Vásquez Rúa, C. I., (2005). Las nuevas tipologías familiares y los malestares interrelacionales que se suscitan en ellas. *Revista Virtual Universidad Católica del Norte*, (14). <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=194220381002>

Vaz, C.; Camões, A.; Sousa, I.; Martins, R. & Baptista, I. (2023). Educação Social em Portugal – exigências de formação. *RISTI - Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação*. Volume 2023, Issue E59, 2023, Pages 637-645. <https://www.proquest.com/openview/5eaa658bc17c090d7ecffbbf7f422a70/1?pq-origsite=gscholar&cbl=1006393>.

Wall, K. (2005). *Famílias em Portugal*. Imprensa de Ciências Sociais.

Wall, K. (2003). Famílias monoparentais. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (43), 51-66. <http://hdl.handle.net/10071/292>

Wall, K., & Lobo, C. (1999). Famílias monoparentais em Portugal. *Análise Social*, 34(150), 123–145. <https://doi.org/10.31447/AS00032573.1999150.05>

Yunes, M. A. M., Garcia, N. M., & Albuquerque, B. M. (2007). Monoparentalidade, pobreza e resiliência: Entre as crenças dos profissionais e as possibilidades da convivência familiar. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20 (3), 444-453. <http://doi.org/10.1590/S0102-79722007000300012>

Anexos

Anexo I - Guião de Entrevista – Famílias Monoparentais

Introdução

Antes de começarmos, quero agradecer-lhe por aceitar participar nesta entrevista. O objetivo é perceber melhor as dificuldades que as famílias monoparentais têm sentido após a pandemia e pensar em formas de melhorar o apoio e a inclusão na comunidade. A sua participação é voluntária e todas as respostas serão tratadas de forma confidencial e anónima, sem nomes ou dados que a identifiquem. Tudo o que disser fica apenas entre nós. Para não me escapar nada do que partilhar, posso gravar a nossa conversa?

1. Caracterização sociodemográfica

Código da Família	
Género do Participante:	
Idade do Participante:	
N.º de dependentes:	
Idade dos dependentes:	
Situação laboral:	
Escolaridade:	

2. Bloco de Perguntas

2.1. Situação pessoal e familiar

1. Pode descrever como é atualmente a sua situação familiar?
2. Que mudanças mais sentiu na sua vida familiar desde a pandemia?

2.2. Desafios enfrentados

3. Quais têm sido as principais dificuldades económicas que enfrenta no dia-a-dia?

4. Para além da parte económica, que outros desafios (emocionais, sociais, relacionais) tem sentido?

5. Já se sentiu excluída(o) ou com menos oportunidades por ser uma família monoparental?

2.3. Estratégias e apoios

6. A que apoios ou serviços recorreu (ex.: segurança social, junta de freguesia, associações, familiares/amigos)?

7. Como avalia a utilidade desses apoios?

8. Que estratégias pessoais ou familiares tem usado para ultrapassar as dificuldades?

2.4. Inclusão e futuro

9. O que poderia ser feito para que famílias como a sua se sentissem mais apoiadas e incluídas na comunidade?

10. Que tipo de iniciativas educativas, escolares ou comunitárias considera que poderiam ajudar mais a sua família?

3. Encerramento

Gostaria de agradecer a sua colaboração nesta entrevista e o tempo que disponibilizou. Reforço que toda a informação partilhada será tratada de forma confidencial e anónima, não sendo divulgados quaisquer dados que permitam a sua identificação.

Antes de terminarmos, gostaria de saber se há algo mais que queira acrescentar e que considere relevante para este estudo.

Muito obrigado(a) pela sua contribuição.

Anexo II - Guião de Entrevista – Profissionais da Área Social e Educativa

Introdução

Muito obrigado pela sua disponibilidade para participar. Esta entrevista tem como objetivo compreender os desafios que as famílias monoparentais enfrentam no período pós-pandemia e refletir sobre como as práticas socioeducativas e a Pedagogia Social podem contribuir para a sua inclusão. A participação é voluntária e a informação recolhida será tratada de forma anónima e confidencial, sem identificação de pessoas ou instituições. Para garantir rigor na análise, posso gravar a nossa conversa?

1. Caracterização sociodemográfica

Participante (Código)	
Formação Académica de Base	
Profissão / Função	
Instituição / Serviço	
Anos de experiência profissional	
Áreas de intervenção	

2. Bloco de Perguntas

2.1. Contexto profissional

1. Pode descrever a sua função atual e o contexto em que exerce?
2. Tem trabalhado diretamente com famílias monoparentais?

2.2. Desafios observados

3. Quais os principais desafios que identifica nestas famílias no período pós-pandemia (económicos, emocionais, sociais)?
4. Que fatores, na sua perspetiva, mais contribuem para a exclusão social destas famílias?

2.3. Estratégias e práticas de apoio

5. Que apoios e serviços têm sido disponibilizados a estas famílias?
6. Como avalia a eficácia desses apoios?
7. Que boas práticas (institucionais, comunitárias ou educativas) gostaria de destacar?

2.4. Pedagogia Social e inclusão

8. Na sua opinião, de que forma a Pedagogia Social pode contribuir para apoiar estas famílias e promover a sua inclusão social?
9. Que papel considera que os profissionais de intervenção social e educativa podem desempenhar nesse processo?
10. Que mudanças ou medidas seriam necessárias para melhorar a intervenção junto destas famílias?

3. Encerramento

Gostaria de agradecer a sua colaboração nesta entrevista e o tempo que disponibilizou. Reforço que toda a informação partilhada será tratada de forma confidencial e anónima, não sendo divulgados quaisquer dados que permitam a sua identificação.

Antes de terminarmos, gostaria de saber se há algo mais que queira acrescentar e que considere relevante para este estudo.

Muito obrigado(a) pela sua contribuição.

Anexo III - Termo de Consentimento Livre e Informado

Título da dissertação:

Famílias Monoparentais em Risco de Exclusão Social no Pós-Pandemia: Contributos da Pedagogia Social para a Inclusão e Coesão Comunitária

Investigadora responsável: Ana Luísa Aranda e Toste da Costa

Orientação: Professora Doutora Ana Camões

Coorientação: Professora Marisa Carvalho

Enquadramento

Este estudo insere-se no âmbito da dissertação de mestrado em Ciências da Educação e tem como objetivo compreender os desafios enfrentados por famílias monoparentais no período pós-pandemia, analisar os apoios existentes e refletir sobre o papel da Pedagogia Social na promoção da inclusão e coesão comunitária.

A participação consiste numa entrevista semiestruturada, com duração aproximada de 45 minutos. Com a sua autorização, a entrevista poderá ser gravada em áudio, sendo o ficheiro eliminado após a transcrição integral.

Todos os dados recolhidos serão tratados de forma estritamente confidencial e utilizados apenas para fins académicos. Não serão divulgados nomes, locais ou informações que permitam identificar os participantes. A participação é voluntária. O participante pode retirar o consentimento a qualquer momento, sem qualquer consequência, e pode ainda solicitar esclarecimentos adicionais sobre a investigação sempre que o desejar.

Declaração de Consentimento

Declaro que fui informado(a) sobre os objetivos e procedimentos do estudo, compreendo as condições de participação e aceito colaborar de forma livre e esclarecida.

Data: _____ / _____ / 2025

Assinatura do(a) Participante: _____